

“Vítor Figueiredo”

In Espaço, Lugar e Território: Figuras do Pensamento Português Contemporâneo

Vítor Figueiredo

O trabalho de Vítor Figueiredo (1929-2004), arquiteto português com um percurso que marcou a cultura arquitetónica no País nas décadas finais do século XX, permanece relativamente pouco conhecido do público não-especializado, e mesmo dos seus pares. Vítor Figueiredo desenvolveu uma importante obra construída e não construída, dedicada à habitação social – campo em que foi um dos principais criadores, e pensadores, daquele período em Portugal –, instalações de ensino superior, equipamentos desportivos e religiosos e edifícios de serviços. A reflexão sobre a posição do arquiteto no mundo, a que recorreu, como ferramenta de projeto, com uma intensidade incomum, terá sido o seu maior contributo para o pensamento no campo disciplinar da arquitetura: uma reflexão que, através da palavra escrita e falada, ficou registada, mais do que nos formatos convencionais de publicação, em memórias descritivas, entrevistas e comunicações.¹

O contributo de Vítor Figueiredo abrangeu um leque amplo de escalas, exemplar de uma formação como arquiteto e “ordenador do espaço”². A partir de uma sólida base de princípios do Movimento Moderno, fomentada pelo ambiente de abertura e liberdade de expressão em que, no Porto, se formou e começou a trabalhar,³ Vítor Figueiredo explorou novas abordagens em consonância com movimentos como o que, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, procurou repor o Homem e as suas necessidades, ambições, contradições e angústias no centro das preocupações da arquitetura. Para o arquiteto, estas fizeram parte do ato de desenhar e construir a todos os níveis, desde o detalhe construtivo ao planeamento territorial.

Percurso

Vítor Figueiredo inicia em 1947 um percurso académico de 12 anos, entre Porto e Lisboa, durante os quais vive também as primeiras experiências profissionais. Ingressado inicialmente no Curso Especial de Arquitetura da Escola de Belas Artes do Porto – cidade onde colabora, em 1947, com o arquiteto Mário Bonito – frequentou o segundo ano em Lisboa. Regressando ao Porto, entre 1951 e 1956 trabalha, como desenhador de betão armado, com os engenheiros Jorge Delgado e António dos Santos Soares no projeto de estabilidade da cúpula do Palácio de Cristal; ali inicia, em 1953, o Curso Superior de Arquitetura. De volta a Lisboa, em tirocínio com o arquiteto Leonardo Castro Freire, desenvolve o projecto que apresenta ao Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto (CODA), no Porto, em 1959: este projeto, respondendo à

¹ Esta é uma das conclusões da dissertação de mestrado de Pedro Namorado Borges, *Do Discurso e dos Projectos de Habitação Social de Vítor Figueiredo nas Décadas de 60 a 80 do Século XX* (Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, 2019). Para outras abordagens, recentes, sobre a obra de Figueiredo e a importância da reflexão escrita ou testemunhada pelo arquiteto, ver Vanda Maldonado e Pedro Namorado Borges, *Vítor Figueiredo: Projectos e Obras de Habitação Social 1960-1979* (Porto: Circo de Ideias, 2015), e Vanda Maldonado, *O Homem como um Ser em Projeto. O Espaço Doméstico na Obra de Habitação Social de Vítor Figueiredo, 1960-1982* (Universidade do Minho, 2020).

² Definição incluída em uma das suas memórias descritivas, datada de 1960 (Agrupamento de unidades de habitação em Olivais Sul, célula C. DGPC/SIPA, PT VF-TXT 00085). A expressão tem um paralelo claro com a definição (mais conhecida) do arquiteto como “organizador do espaço”, dada por Fernando Távora. Ver Távora, F. (1962). *Da Organização do Espaço* (Porto: [s.n.])

³ Sobre o ambiente de entusiasmo em torno da arquitetura associado à orientação dada por Carlos Ramos ao curso de Arquitetura na Escola de Belas-Artes do Porto, ver por exemplo o testemunho do autor in Amaral, R. e Neves V. (2001). “Vítor Figueiredo.” *Arq.a*, Setembro / Outubro, pp.19-25.

encomenda real de uma habitação em S. João do Estoril, foi publicado no mesmo ano pela revista *Arquitetura*.⁴

O trajeto académico foi, como refere Vítor Figueiredo, marcado pelo vibrante ambiente cultural e pelos debates associados às alterações pedagógicas em curso nas Escolas de Lisboa e Porto.⁵ Destaca a crítica crescente ao racionalismo, funcionalismo e abstracionismo, contrapondo-lhes o organicismo de Frank Lloyd Wright e o trabalho teórico de Bruno Zevi. Sublinha também o impacto das obras de Alvar Alto e Cassiano Branco, da cultura do cinema trazida pelos cineclubes, das tertúlias ecléticas em cafés e das primeiras experiências profissionais.⁶ Em 1960 estabelece-se em Lisboa, com atelier na Rua da Escola Politécnica; por este escritório passaram, em quatro décadas, sucessivas gerações de colaboradores que recorrentemente relatam, em testemunhos e na própria prática, as marcas de uma experiência singular.⁷

A obra resulta essencialmente de encomenda pública e pode dividir-se em três momentos. No primeiro momento (décadas de 1960 e 1970) projeta conjuntos de habitação social, sobretudo Casas de Renda Económica da categoria I (a mais baixa definida neste programa de alojamento económico que integrou a resposta do Estado Novo ao problema da habitação em Portugal): trabalha com o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa, projetando para Olivais-Sul e Chelas; com a Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas (FCP-HE), em Lisboa e Setúbal; e com o Fundo de Fomento da Habitação, no Alto do Zambujal (Amadora). Como arquiteto distrital da FCP-HE projetou também em Santarém e Leiria, não só para as Caixas de Previdência mas também para beneficiários das Casas do Povo e dos sistemas de previdência de várias empresas.

Durante a crise económica da década de 1980 – o segundo momento – as encomendas públicas tornam-se pontuais. Neste período, destacam-se duas agências bancárias para a Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa e Beja (1980-1981 e 1987). A partir da década de 90, com os financiamentos decorrentes da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, surgem várias oportunidades de trabalho, por participação em concursos para obras públicas. Neste terceiro momento, Figueiredo dedica-se a importantes projetos de equipamento escolar universitário. Em 1991, desenha as Novas Instalações do Pólo Universitário da Mitra da Universidade de Évora; no ano seguinte, a Escola Superior de Artes e Design (ESAD) do Instituto Politécnico de Leiria, em Caldas da Rainha; e, em 1993, o Complexo Pedagógico Científico e Tecnológico da Universidade de Aveiro.

A intervenção cívica e profissional e o reconhecimento público acompanham a realização das obras: em 1986, recebe o Prémio Nacional da Associação Internacional de Críticos de Arte e Secretaria de Estado da Cultura, pelo conjunto do Alto do Zambujal; em 1989, o Prémio dos Programas Habitacionais do Distrito de Setúbal, pelo Bairro da Azeda; em 1998, o prémio SECIL de Arquitetura pelo projecto da ESAD. Na década de 1990, Vítor Figueiredo expande a exposição e comunicação públicas do seu pensamento, iniciada no contexto académico dentro e fora de Portugal⁸ e prosseguida na participação em exposições relevantes.⁹

Vítor Figueiredo trabalhou até ao final da vida (Lisboa, 30 de janeiro de 2004), deixando por terminar o edifício do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses em

⁴ Moradia em S. João do Estoril, *Arquitetura* 66 (1959), 15-22.

⁵ Cf. Silva, J. M. F. (1999). Todos os Riscos. *Arquitetura e Construção*, n.º 6, Abril. p.110-114

⁶ Cf. Dias, M. G. (2001). Choro dos Arquitectos. *Jornal dos Arquitectos*, n.º 199, Janeiro / Fevereiro, pp. 25-33

⁷ V. o testemunho do arquiteto Jorge Spencer incluído em Maldonado e Borges (2015), 12.

⁸ Enquanto leciona no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1995-2001) e no Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa (2003-2004), apresenta comunicações em diferentes faculdades em Portugal (Lisboa, Coimbra, Porto, 1996-2000), Alemanha (1998) e Espanha (1999). V. Borges (2019).

⁹ Participou na exposição “Portugal – Arquitectura do Século XX” integrada na 49.ª Feira do Livro de Frankfurt (1997), depois montada no Centro Cultural de Belém em Lisboa (1998); na exposição “Desenho nas Cidades: Arquitectura em Portugal 2003” integrada na V Bienal de Arquitectura de São Paulo; e no ano seguinte na exposição “Disegnare nelle Città: Architettura in Portogallo”, parte da XX Trienal de Milão.

Coimbra. Esta obra faria da sua conhecida trilogia de edifícios de ensino universitário (Évora, Caldas, Aveiro) uma possível tetralogia (Borges, 2019).

Espaço, Lugar e Território nas palavras de Vítor Figueiredo

A memória descritiva que Vítor Figueiredo escreveu para o projeto de habitação unifamiliar apresentado ao CODA em 1959, terá sido a reflexão fundadora do seu pensamento e prática (Borges, 2019; Maldonado, 2020). As ideias-chave ali contidas parecem resistir, coerentemente, ao longo das décadas seguintes, revelando-se em obras individuais e colaborações. Consistente é também a forma como Vítor Figueiredo utiliza o formato ‘memória descritiva’ como veículo para exprimir ideias e convicções, inserindo-se assim numa tradição alimentada por gerações de arquitetos e não arquitetos (Agarez, 2016) e levando, por vezes, esta prática a novos patamares de sofisticação.

Como argumento central, o arquiteto defende que cada obra deve refletir uma procura feita a partir das circunstâncias e condicionantes de um dado momento, em contraponto a uma aplicação de conclusões já sedimentadas. Crítico das duas atitudes então predominantes, o racionalismo e os movimentos de revisão emergentes (como o denominado Regionalismo Crítico), mantém contudo uma posição indefinida, sem pretender criar uma nova teoria alternativa. Recusa uma visão estática sobre a realidade humana, seja de carácter universal seja local, não rejeitando completamente nem os resultados mais austeros da pesquisa racionalista, nem a atitude de revisão proposta pelos seus críticos. Neste sentido defende uma abordagem da arquitetura enquanto suporte do dinamismo e indeterminismo humanos, em que cada projecto é a construção de uma conceção do Mundo, recusando a aplicação de teorias e gestos recorrentes na cultura arquitetónica – automatismos que apelidava de “mala-de-truques” do arquiteto (Figueiredo, 2000).

Em 1960, na memória descritiva do anteprojecto para o Agrupamento de Unidades de Habitação em Olivais Sul, Célula C, em Lisboa – o primeiro trabalho de habitação apoiada em coautoria com Vasco Lobo –, Vítor Figueiredo aproxima-se da realidade concreta dos problemas humanos e da responsabilidade do arquiteto na sua mitigação. Ali, identifica como questão central – que se manterá em trabalhos subsequentes – o imperativo de construir o futuro da cidade e da habitação com “programas mínimos e soluções económicas”, de acordo com os padrões de vida definidos pelas ciências humanas.¹⁰ Numa visão que transcende, em muito, a mera satisfação das necessidades de alojamento, entende que a arquitetura de habitação multifamiliar deve procurar responder a uma ideia de cidade enquanto espaço público, gerado e caracterizado essencialmente a partir dos edifícios propostos; daqui resulta a sua importância crucial, e o poder do trabalho de projeto neste campo. Vítor Figueiredo considera que espaço edificado e não edificado são parte integrante do habitar a cidade, e que a dignidade do conjunto deve estar inscrita na arquitetura e não depender da qualidade, por exemplo, dos arranjos exteriores. O objetivo é estabelecer continuidades narrativas, interpretando o léxico urbano onde se insere a intervenção, de forma a evitar a marcação pela diferença de zonas urbanas e correspondentes consequências negativas, como a segregação social.¹¹

O plano urbano de Olivais Sul, herdeiro da Carta de Atenas (instrumento que o arquiteto criticava, designando-o por vezes como “Carta de Antenas”), pressupunha uma separação entre espaço público (definido pela coordenação do GTH) e os diferentes conjuntos de edifícios (definidos pelos respetivos projetistas) – trabalho que, lamentava Vítor Figueiredo, correu em paralelo e sem diálogo sobre a forma urbana resultante. Perante tal lacuna, a sua equipa criou um conjunto que assume diferentes direções, através de rotações e deslocamentos do edificado,

¹⁰ Figueiredo, V., Lobo, V. (1960) Memória Descritiva do Anteprojecto do Agrupamento de unidades de habitação em Olivais Sul, célula C. DGPC/SIPA, PT VF-TXT 00085.

¹¹ Esta é também uma das conclusões do estudo de Pedro Namorado Borges, *Do Discurso e dos Projectos de Habitação Social de Vítor Figueiredo nas Décadas de 60 a 80 do Século XX* (2019). Ver também Maldonado e Borges (2015) e Maldonado (2020).

quebrando a impressão monolítica e procurando possíveis diálogos com uma envolvente indefinida (Borges, 2019); edifícios que, “mesmo sem ou com poucos arranjos exteriores, subsistissem para o habitar e não fossem blocos de habitação plantados num areal ou num lamaçal, conforme a época do ano.”¹²

Nos anos seguintes, em 1962 e 1963, Figueiredo trabalha o desenho urbano em contexto rural e aperfeiçoa, a uma escala mais próxima da humana, a capacidade de definir em pormenor o espaço público pelo delinear preciso do espaço construído, nos conjuntos habitacionais da FCP-HE em Benavente (em coautoria com Vasco Lobo) e Santo Estevão (Santarém). Nestas operações de expansão urbana, procura estabelecer uma continuidade narrativa ao eleger a organização em quarteirão – mais corrente ali e na generalidade das povoações rurais – e reinterpretando o léxico existente em diálogo com as características do território.

Em Benavente, justifica os quarteirões regulares propostos com a intenção de criar “dificuldades a um atravessamento rápido, definir mais apertadamente situações de rua e deixar por ocupar somente espaços bem caracterizados e de utilização sistematizada. (...) Assinala-se, para além de um arruamento rico de situações próprias, a presença de certos espaços qualificados e quanto possível aferidos pelas dimensões da construção que fisicamente os delimita.”¹³

Em Santo Estevão, num terreno com pendente para os arrozais e uma igreja no topo, o quarteirão torna-se mais orgânico contribuindo para “a diversidade de ruas, ruelas e pátios que ali se vai construir, um pouco anonimamente. O sítio pede isso.”¹⁴

Também no conjunto que projeta para a FCP-HE em Peniche, em 1968, a forma urbana é o resultado direto da relação entre os edifícios propostos: esta relação “cria o acontecimento urbano”¹⁵ e permite cerzir uma nova parcela de cidade com o pré-existente. A integração urbanística, escreve, “constitui preocupação dominante deste projecto.” O conjunto dialoga volumetricamente com o bairro de Casas para Famílias Pobres adjacente e com a ortogonalidade da frente urbana principal, organizando uma sucessão de praças e ruas interiores, interligadas com os acessos verticais às habitações por passagens pedonais. Desta forma, cria pequenos volumes edificados com quatro frentes desimpedidas, dando-lhes uma silhueta de pequenos “palacetes”, contribuindo para a caracterização socioeconómica ambígua do conjunto urbano. Aqui encontramos uma das preocupações recorrentes do arquiteto: dignificar a habitação apoiada, neste caso através da implantação (que “se pretendeu diferenciada das vulgares bandas contínuas, sem contudo perder o sentido económico da construção concentrada.”¹⁶) e volumetria.

O Plano de Urbanização de Chelas, coordenado pelo GTH, ofereceu à equipa de Vítor Figueiredo, Jorge Gil e Eduardo Trigo de Sousa outra oportunidade, agora em grande escala, de criar espaço público essencialmente através da posição relativa da massa edificada. O conjunto habitacional que estudam a partir de 1973 para a zona N2 constitui, na verdade, um único objeto – sobranceiro ao vale, centrípeto, com cinco “dedos” ligados por uma galeria – que assinala o ponto notável onde se localiza, resolve o programa, gera espaço público e remata a malha urbana de que faz parte. Uma vez mais, a memória descreve de modo sofisticado o conjunto, que assume “a sua situação de marginalidade” sem “a exacerbar ao ponto de criar como que um ‘ghetto’.” Se a forma do objeto quis evocar o seu carácter de “termo” da malha

¹² Gonçalves, R. e Santos, D. V. Entrevista a Vítor Figueiredo. *Documentos de Arquitectura*, n.º 2 (1999).

¹³ Figueiredo, V., Lobo, V. (1962) Memória Descritiva do projecto do Conjunto de habitações em Benavente. Agrupamento CP 49 e habitações para beneficiários da lei 2092. DGPC/SIPA, PT- TXT 00082

¹⁴ Marques, L. *Habitação de Standard Mínimo*. Dissertação de Mestrado (UCoimbra, 1999).

¹⁵ Idem.

¹⁶ Figueiredo, V. (1968), Memória Descritiva do estudo prévio do Conjunto de habitacional de Peniche CRE 104. DGPC/SIPA, PT-TXT 00048

urbana, “igualmente se pretendeu, pelo paralelismo às estradas dos blocos extremos evitar uma interrupção de continuidade entre esta ponta-objecto e todo o resto da zona.”¹⁷

Entre o primeiro “dedo”, alinhado com a via pública principal, e o último, que delimita o arruamento interno do conjunto, os arquitetos desenham então um dominó de volumes implantados ao longo de uma galeria coberta circular que, paralela à via de acesso secundária, gera a praça de acesso ao conjunto. Entre “dedos”, espaços abertos ao vale que olha o rio Tejo foram previstos pequenos jardins de “ambiente lisboeta” que acompanham o declive natural do terreno.

Vítor Figueiredo respondeu a uma grande diversidade de desafios ao longo do seu profícuo percurso como criador de trechos de cidade através da habitação multifamiliar apoiada. Quando, em 1974, desenha o conjunto habitacional do Alto do Zambujal em co-autoria de Duarte Cabral de Mello,¹⁸ no âmbito do Plano Integrado do Zambujal, encontra um território que, ao contrário daqueles onde desenvolvera os projetos anteriores, carece de qualquer continuidade urbana regrada. A intervenção torna-se, assim, responsável por criar a referência narrativa fundadora dos futuros núcleos urbanos vizinhos, estruturando-se em torno do arruamento principal proposto pelo Plano Integrado. Este eixo, sinuoso, organiza todo o conjunto num sistema de falsos quarteirões abertos, cujos limites ficam, expectantes, a aguardar futuras extensões futuras.

Com a responsabilidade de uma ordem fundadora, este projecto responde de uma forma eclética à questão formulada no primeiro projecto: a construção do futuro da cidade e da habitação com “programas mínimos e soluções económicas”, de acordo com padrões de vida estudados pelas ciências humanas. No Alto do Zambujal, a formulação desta resposta sintetiza a experiência acumulada anteriormente: a organização linear das células habitacionais forma um conjunto edificado homogéneo, que assume diferentes rotações como em Chelas, com atravessamentos públicos nos acessos verticais como em Peniche, relacionando ruas e interiores de quarteirão, como os conjuntos de Benavente e Santo Estevão, aberto aos futuros diálogos urbanos como os edifícios dos Olivais. Neste caso, todo o conjunto assume uma unidade narrativa urbana nova, que gera espaço público diretamente a partir da resposta ao programa de habitação do qual é parte integrante, enquanto ato gerador de uma cidade para habitar.

Quando trabalha em resposta à encomenda de edifícios públicos não residenciais, Vítor Figueiredo mantém a atenção, fundamental na sua obra, ao espaço público que gera ou é gerado pelo programa.

O Pólo Universitário da “Mitra” (com Teresa Almeida, Rui Marrafa e José Neves) representa um marco no percurso de Vítor Figueiredo. A memória “de alguns montes alentejanos, onde as construções se dão no tempo, juntando e somando, criando espaços”, foi o ponto de partida: com a adição “de mais um edifício, ou de dois edifícios onde se vão dar aulas”, veio “uma proposta de espaço exterior que articulasse as coisas.”¹⁹

Seguindo o exemplo, local, do monte da herdade da Mitra, a equipa interpreta e sintetiza o léxico espacial destas estruturas existentes, anónimas e moldadas pelo tempo, ancoradas no seu contexto e circunstância. Reitera-se a posição que o autor assumira já em 1959, no texto que escreveu para o CODA: a recusa de receitas arquitetónicas adotadas *a priori*, procedendo sistematicamente a uma revisão pessoal baseada na prática profissional quotidiana, deixando transparecer um estado permanente de interrogação e dúvida.

¹⁷ Figueiredo, V., Sousa E. T., Gil, J. (1973) Memória Descritiva do Estudo Base do Conjunto habitacional de Chelas. PUC-Zona N2. DGPC/SIPA, PT VF-TXT 000067.

¹⁸ Na fase de concurso, a coautoria estende-se a Eduardo Trigo de Sousa, Jorge Gil e Fernando Pessoa (“não-ele-mesmo”, como mencionam os documentos de projeto).

¹⁹ Dias, M. G. (1996). Novas Instalações da Universidade de Évora no Pólo da Mitra. *Ver Artes*. RTP2, 14 de Março (1996). Acedido em: 2 de Março de 2019 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/novas-instalacoes-da-universidade-de-evora-no-polo-da-mitra/>

Às vezes um pouco por brincadeira eu dizia (...) é como se isto já cá estivesse e fosse aproveitado para uma instalação de ensino. Se (...) lhe foi retirada a violência da presença do arquitecto que fez o seu objecto muito bem feito, muito sábio, muito cheio (...) das suas últimas tendências, se conseguimos depurá-lo ou retirar-lhe isso, ótimo.²⁰

Discurso, dúvida, diálogo

“[T]oda a obra”, escreveu o arquiteto em 1959, “exigira conter em si a história da procura feita do caminhar tateando de seu criador, responsável porque ela seja a sua expressão total e actual (no sentido tempo existência) e não um repositório semi-automático do já percorrido.”²¹

O discurso de Vítor Figueiredo é um diálogo. Pela sua natureza é disperso e fragmentado entre memórias descritivas, entrevistas e comunicações. O seu conteúdo são reflexões sobre as histórias dos seus projectos. A génese do discurso é o próprio processo de trabalho. O processo é descrito como um diálogo intenso e imersivo construído entre Vítor Figueiredo e os diferentes coautores, colaboradores e amigos; de certo modo, um diálogo entre o arquiteto e o mundo, onde aquele expõe a sua filosofia e as suas angústias, e se deixa interpelar pela imprevisibilidade, a ambiguidade da condição humana. Cada projecto é uma história, reflexo das circunstâncias do programa, do momento da vida em que se insere e da contribuição pessoal de cada interveniente.

“Eu não te estou a falar de arquitectura, que eu não sei falar de arquitectura. Estou-te a falar de coisas mais sérias, do suporte de uma actividade profissional que é a arquitectura.”²²

O discurso é, antes de mais, uma ferramenta de criação de pensamento, que vai sustentar e validar as várias decisões ao longo de cada processo. Nesse sentido, o discurso é uma parte integrante da obra e refere-se em concreto a cada projecto.

A reflexão foi sendo construída e partilhada ao longo do tempo de uma forma restrita, apenas acessível aos seus colegas e amigos pertencentes ao círculo mais íntimo e profissional, e pontualmente a outros por meio das memórias descritivas e, mais tarde, das conferências e entrevistas, onde partilhou publicamente o discurso da forma que preferia: a conversar. Foi a conversar que apresentou uma autobiografia em torno da arquitetura, como uma sucessão de relações entre as diferentes dimensões, entre o percurso de vida e a obra.

“Se me pede uma teoria geral, (...) serei incapaz de o fazer. Porquê? Não tenho para mim próprio.”²³

Nas palavras, como na obra, procura essencialmente o diálogo com os intervenientes, utilizando o contar de histórias e o humor como instrumento de denúncia e desmistificação das visões estáticas sobre o Mundo e a cultura arquitetónica. É através da apresentação da sua experiência que procura estimular outras formas de olhar e fazer arquitetura, questionando o papel do arquiteto ou da atividade que exerce e, antes de tudo, o Mundo que nos rodeia enquanto cidadãos. Apesar de melhor conhecido pela sua obra para habitação apoiada, Vítor Figueiredo é também incontornável nos debates académicos e profissionais sobre a arquitetura, a sua deontologia e prática em Portugal, na segunda metade do século XX.

Os autores adotam o Novo Acordo Ortográfico (exceto em citações).

²⁰ Idem.

²¹ Figueiredo, V. (1959). Habitação em S. João do Estoril. Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) – Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Repositório Temático da Universidade do Porto. Acedido em: 30 de Março de 2019 em: <https://hdl.handle.net/10405/48143>

²² Marques (1999). Neste caso, Figueiredo refere-se à obra de Aveiro, onde reconhece que usou o mesmo truque, que usava nas obras de habitação social, de reduzir ao mínimo utilizável as áreas do programa para poder criar espaços para além do programa, que considera importantes, como os espaços das circulações e estadia pública que se querem festivos, numa escola, num edifício de habitação, numa cidade.

Bibliografia chave

Figueiredo, V. (1959). *Habitação em S. João do Estoril*. Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) – Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Repositório Temático da Universidade do Porto. Acedido em: 30 de Março de 2019 em: <https://hdl.handle.net/10405/48143>

Figueiredo, V., Pinto, J. F. (1991). Igreja de Albergaria dos Fusos. *Architècti*, n.º 11 / 12, Outubro / Novembro Dezembro, pp. 71-73

Figueiredo, V. (1996). Comunicação em Conferência na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Registo audiovisual FAULisboa.

Figueiredo, V. (2000). Comunicação em Conferência na Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa. Registo audiovisual FAULisboa.

Bibliografia secundária

Agarez, R. (2016) The Architectural Discourse of Building Bureaucracy: Architects' Project Statements in Portugal in the 1950s. In T. Amhoff, N. Beech e K. Lloyd-Thomas (ed.), *Industries of Architecture* (London: Routledge), 222-33.

Amaral, R. e Neves V. (2001). Vítor Figueiredo. *Arq.a*, Setembro / Outubro, pp.19-25.

Borges, P. (2019). *Do Discurso e dos Projectos de Habitação Social de Vítor Figueiredo nas Décadas de 60 a 80 do Século XX*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Lisboa. Acedido em: 19 de Junho de 2020 em: <http://hdl.handle.net/10400.5/19869>

Dias, M. G. (1995). Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha. *Ver Artes*. RTP2, 21 de Setembro. Acedido em: 2 de Março de 2019 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-arte-e-design-das-caldas-da-rainha/>

Dias, M. G. (1996). Novas Instalações da Universidade de Évora no Pólo da Mitra. *Ver Artes*. RTP2, 14 de Março. Acedido em: 2 de Março de 2019 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/novas-instalacoes-da-universidade-de-evora-no-polo-da-mitra/>

Dias, M. G. (2001). O Choro dos Arquitectos. *Jornal dos Arquitectos*, n.º 199, Janeiro / Fevereiro, pp. 25-33.

Freire, D. e Borges, P. N. (2018). O problema da habitação rural: debates e políticas públicas durante o Estado Novo, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa. In: Agarez, R. (coord.). *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*. 1ª edição, IRHU. Lisboa. Capítulo de Livro. pp.119-159.

Gonçalves, R., Santos, D. V. (1999). *Entrevista a Vítor Figueiredo*. *Documentos de Arquitectura*, n.º 2.

Maldonado, V., Borges, P. (2015). *Vítor Figueiredo. Projectos e obras de habitação social 1960-1979*. 1ª edição, Circo de Ideias. Porto.

Maldonado, V. (2020). O Homem como um Ser em Projeto. *O Espaço Doméstico na Obra de Habitação Social de Vítor Figueiredo, 1960-1982*. Tese de Doutoramento – Universidade do Minho.

Marques, L. (1999). *Habitação de Standard Mínimo*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Coimbra.

Mello, D. C. (1979). Vítor Figueiredo / Arquitecto. *Arquitectura*, n.º 135, Ano I (4ª série), Outubro, pp. 25-55

Milheiro, A. V. (1999). Não sou um apaixonado por arquitectura. *Público*, 21 de Janeiro, pp. 24-25.

Silva, J. M. F. (1999). Todos os Riscos. Vítor Figueiredo. *Arquitectura e Construção*, n.º 6, Abril. p.110-114

Tavares, M. e Duarte, J. M. C. (2018). O Arrendamento Social Público (1945-1969). In: Agarez, R. (coord.). *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*. 1ª edição, IRHU. Lisboa. Capítulo de Livro. pp.197-233.

Pedro Namorado Borges é arquiteto e investigador, membro do DINÂMIA’CET – IUL, bolsheiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/147213/2019), com um projeto de pesquisa sobre os impactos das políticas públicas de habitação nas áreas rurais. Licenciou-se em Arquitetura (2007) pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, onde também concluiu o Mestrado em Arquitetura (2019) sobre o discurso de Vítor Figueiredo e os projetos de habitação social que realizou. Tem diversas comunicações e publicações sobre estas temáticas. É coordenador, com Vanda Maldonado, do livro Vítor Figueiredo: Projetos e Obras de Habitação Social, 1960-1979 (Ed. Circo de Ideias: 2015).

Ricardo Costa Agarez, arquiteto e historiador da arquitetura e cidades (PhD Bartlett School of Architecture UCL, RIBA President’s Award for Research2013), trabalha em especial sobre identidades nacionais e regionais e cultura arquitetónica, difusão de conhecimento e circulação de ideias, formas e técnicas, habitação, burocracia e arquitetura de uso coletivo. É atualmente Investigador Principal no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e responsável pelos projetos “ReARQ.IB - Built Environment Knowledge for Resilient, Sustainable Communities: Understanding Everyday Modern Architecture and Urban Design in the Iberian Peninsula (1939-1985)” (ERC Starting Grant 2021-26) e “ArchNeed – The Architecture of Need: Community Facilities in Portugal 1945-1985” (FCT, 2021-2024).